

POLÍTICAS DE ACESSO À ESTUDANTES SURDOS – EMBUSTES DA GOVERNAMENTALIDADE NA ESCOLA PARA TODOS¹

Maria Aparecida Brum Trindade².

¹ Pesquisa institucional, Mestrado em Educação URI Frederico Westphalen

² Pesquisador Mestrado em Educação - URI Frederico Westphalen. Não conta com bolsa.

A ideia da inclusão não é má e não há oposição alienada a essa, no entanto, é preciso ser rigoroso e refletir sobre os atravessamentos que a constituem, sobre suas facetas, sobre o processo de captura da diferença surda e sobre as armadilhas ardilosas articuladas pela governamentalidade. É preciso compreender que o processo inclusivo de estudantes surdos nas escolas comuns é uma realidade sem volta, não há como negar a força das normativas internacionais corroboradas por leis, decretos e pareceres nacionais

Nesses tempos de incertezas, tensões e desumanidades é importante refletir sobre a função da escola, bem como as ações desenvolvidas pelos professores e gestores no que tange a apreensão do conhecimento e a constituição de seres humanos para esse novo tempo e para essa nova sociedade. Paradoxal, dual, contraditória, tão diferente e ao mesmo tempo tão igual, tão nova e tão arcaica.

A diferença nesse tempo se vê marcada negativamente, imprimindo nos corpos dos sujeitos pigmentos de dor, marginalização e depreciação, conduzindo ao perverso e histórico processo de exclusão. Nesse contexto, há a intenção de encerrar os sujeitos em categorias ou em grupos, denominados de deficientes físicos, intelectual e sensoriais (ONU 2006). Há também aqueles que não possuem marcas em seus corpos, mas que são marginalizados e excluídos em função da origem social, cultural, racial, religiosa, sexual. Enfim, o novo velho tempo, apresenta questões inquietantes e que desassossegam os escolares. Exigindo desses, saberes múltiplos e uma disponibilidade extremamente humana e respeitosa, a qual permita o encontro significativo sujeito-sujeito, onde o eu possa dialogicamente encontrar o outro, e com esse crescer cognitivamente e ascender humanamente, com vistas a constituição de uma sociedade crível a todos e a todas.

Portanto, nesse novo velho tempo, é preciso lutar contra todos os tipos de discriminação e exclusão. O que traz ao discurso o Ser surdo incluído na escola comum e a grita desses, pela inclusão ética, onde cada surdo (a) tenha condições pedagógicas, linguísticas, e socioculturais de acesso e permanência na escola para todos. Ao dar os primeiros pontos nessa tessitura é importante registrar o que Stumpf (2008, p. 27) explica sobre a ação inclusiva. A saber:

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

[...] a inclusão acontece a partir de dois movimentos: da construção social de toda a sociedade que entende e acolhe, e dos surdos, que vão participar porque se sentem acolhidos [...] Este movimento da sociedade implica em responsabilidade social como prática constante no agir das pessoas e das instituições a partir de uma posição ética, uma posição em que a liberdade individual é posta em segundo plano a fim de que a justiça assuma primazia nas relações intersubjetivas.

A inclusão ética referendada por Stumpf, suscita o respeito à diferença e a responsabilidade com a mudança. Esse binômio se articula a partir do desejo de incluir a todos e cada um com equidade, com vistas a constituição de uma sociedade que respeite os direitos humanos e que lute contra todos os tipos de exclusão. Atualmente conta-se com um amplo artefato legal, que visa assegurar direitos aos sujeitos que apresentam deficiência, no então garantir a efetivação de tais normativas é o desafio a perseguir, ou seja, é preciso garantir a aplicabilidade dessas em um currículo apropriado as diferenças.

Diante desse cenário, surgem muitas inquietações, dentre elas: O que distancia as normativas referentes a inclusão da aplicabilidade dessas nas escolas comuns? O que há no ambiente escolar que produz a exclusão dos estudantes surdos, limita os direitos desses, os priva do acesso à qualidade educativa e os impede de exercer plenamente a cidadania na escola inclusiva para todos?

As possíveis respostas se esvaziam em meio aos velhos erros de sempre. O que leva a crer que a escola, suas práticas e seus atores continuam formatados segundo os moldes arcaicos e excludentes de séculos atrás, trazendo o ontem ao hoje, arditosamente disfarçado sob uma nova roupagem. Aqui interpretada como inclusão.

No mesmo sentido, não há a intenção de encerrar o discurso acerca da inclusão de surdos negativamente, ou envolvê-lo sob um manto de impossibilidades. Porém, é preciso, afirmar que “o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão”. E estar atento “que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão” (Lopes apud Veiga-Neto; Lopes, 2009, p. 112). Portanto, mais que um discurso romântico e de gabinete, objetiva-se aqui refletir sobre a inclusão de estudantes surdos no chão da escola, na prática diária com professores que tiveram pouca ou nenhuma formação para interação com essa demanda, bem como com estudantes que encontram-se em meio a esse processo.

Para tanto, é preciso extinguir o abismo que polariza a educação e fomenta o processo de inclusão e a exclusão. Essa última por sua vez, determinando a vida dos sujeitos, os categoriza entre aprendentes e não aprendentes, entre os deficientes e os normais, arrematando por estabelecer o lugar desses na sociedade.

A partir de tais normativas configura-se o processo inclusivo, e com ele sua face mais perversa, a exclusão, dando origem ao processo de in/exclusão.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

Como pode-se constatar, teoricamente a educação inclusiva garante através de uma vasta legislação que os estudantes que apresentam algum tipo de deficiência, aqui interpretado como diferença, sejam incluídos na rede comum de ensino, muito embora tal direito seja negligenciado pela não implementação de tais normativas em currículo apropriado as diferenças. Outro fator que implica em negligência e exclusão dos estudantes surdos de seus direitos se refere à formação regular e continuada de professores, uma vez que os currículos dos cursos de licenciatura oferecem carga horária mínima e insuficiente para que os acadêmicos se apropriem de conhecimentos necessários e determinantes para atender a demanda fomentada pelas políticas de acesso. Portanto, é preciso pensar acerca de quem está se formando nos cursos superiores e quais as implicações dessa formação a prática docente com estudantes surdos e o quanto essa contribui ou não à constituição emancipatória desses sujeitos enquanto cidadãos do mundo.

Frente ao exposto, urge o desenvolvimento e a articulação de um currículo apropriado as diferenças, pois do contrário, incorrer-se-á no erro e na violência de continuar formando “crianças analfabetas, com déficits cognitivos e sociais, que não terão condições de exercer plenamente sua cidadania”. (GOLDFELD 2002, p. 112). Realidade posta a muitos surdos que adentram as escolas inclusivas.

A realidade escolar dos surdos incluídos revela que, por mais que o processo inclusivo esteja tomado de artefatos legais que visam garantir sua efetivação, ainda hoje produz-se exclusão, marginalização da diferença e sujeitos com déficits cognitivos muito expressivos. Sugerindo que se reflita acerca dos atravessamentos ideológicos que permeiam o currículo da escola comum inclusiva, afim de os eliminar.

Na tentativa de entender esse processo e como esse se estrutura, chama-se ao discurso Maura Corcini Lopes (2007, p. 27), a qual apresenta uma explicação muito lúcida e esclarecedora sobre o processo de inclusão. A saber:

O processo de inclusão pressupõe que as diferenças tenham espaço dentro do currículo escolar, que as diferentes vozes possam dizer de si. Todavia, os processos de inclusão fomentados no país falam de adaptações curriculares de formação rápida de docentes (quando existem). Diante de tanta pressão para a inclusão, os professores sentem-se pressionados e desencorajados a dizer que não sabem desencadear tal processo. Ao mostrarem-se receosos a inclusão, os professores deixam explícitos não só a falta de condições que estão vivendo nas escolas para que esse processo aconteça, como também o despreparo para tal trabalho. Talvez valesse perguntar: o que é estar preparado para desencadear a inclusão escolar?

Nesse sentido, é preciso compreender o que significa a inclusão e a exclusão, como essas se opõem, como se aproximam e como coexistem. Lopes (2007, p. 11) auxilia nessa apreensão enfatizando que “inclusão e exclusão estão articuladas dentro de uma mesma matriz epistemológica, política, cultural e ideológica. Todo o espaço determinado por uma determinada ordem é delimitado e

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

governado pela norma”. Ou seja, a escola é um espaço binário, nela a inclusão e a exclusão coexistem fomentadas pelas armadilhas da governamentalidade, a qual não é conhecida pela grande maioria dos professores que estão nas escolas. A mesma pesquisadora, (2008, p. 43) ao analisar a prática de docentes que atuam com surdos faz uma síntese profunda de como esses realmente estão sendo incluídos, colocando em dúvida a efetivação do Decreto 5.626/2005. Ou seja:

A aprendizagem dos alunos surdos fica relegada ao domínio de alguns códigos, ao estabelecimento de relações entre um conjunto de palavras e um conjunto de desenhos e à memorização de algumas palavras e conceitos previamente colocados. A memorização mecânica e sem razões na língua portuguesa e a memorização de regras gramaticais não permitem que os surdos utilizem a língua como um instrumento que pode servir de estratégia para negociar com ouvintes outros sentidos para o que aprendem.

O que permite afirmar que “o lugar da inclusão em nosso tempo ocupa o tamanho do lugar inventado para exclusão” (Lopes, 2007, p. 18-19-29). A mesma pesquisadora explica que as escolas inclusivas “deveria estar se preocupando para além do recorte deficiência, pois ele não dá conta de falar das diferenças. Uma pessoa com deficiência pode ser um diferente – entendido pelo viés da normalidade e da diversidade -, mas não encerra em si a diferença”. Permitindo afirmar que o processo de inclusão/exclusão se constitui no interior da escola. Lopes (2007, p. 20) afirma que esta instituição objetiva a normalização dos sujeitos, acolhendo “a diferença com o firme propósito de apagá-la, de torná-la algo indesejável devido ao seu caráter de anormalidade e de estranheza”.

Em meio ao processo inclusivo diversas políticas de acesso são criadas e postas em prática no país visando efetivar o sistema educacional inclusivo.

Portanto, é preciso perceber e compreender que o sistema de ensino está atravessado por ideais neoliberais, cujo interesse é preservar a governança sobre os sujeitos em todas as frentes. Nesse sentido, a educação como maquinaria do Estado objetiva governar a todos a partir de normativas e programas educacionais. Nesse sentido, vários programas estão sendo implantados estrategicamente planejados e desenvolvidos com vistas a acolher a todos os sujeitos que apresentam deficiências desde os mais longínquos rincões até as maiores capitais brasileiras. Tais programas governamentais a partir da garantia de direitos, sutilmente concretiza o desejo de pertencimento do Todo diferente, e diluir a diferença em meio a diversidade com o intuito de organizar, controlar e regular a sociedade, o que pode-se considerar como um dos maiores embustes operados pelo governo que deseja conduzir a Todos.